



Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Quotistas
Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2026

A handwritten signature in black ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive, stylized script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Rafael Alvim Guimarães
Signed By: Rafael Alvim Guimarães 0523077723
CNPJ: 002087723
Signer Role: Sócios Prop.
Signing Time: 18 May 2026 10:02 BRT
O: CPF-Brazil, OU: Certificados Digitais PF A1
C: BR
Email: AC_Proprietario@PWC000

Rafael Alvim Guimarães
Contador CRC 1RJ104572/O-0

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	48.899	37.483	Fornecedores (nota 11)	14.885	14.930
Contas a receber - empresas parceiras (nota 7)	1.493	12.517	Contas a pagar - empresas parceiras (nota 7)	22.150	1.661
Contas a receber - empresas ligadas (nota 12)	21.312	833	Salários e encargos sociais	17.133	22.550
Adiantamento e empréstimo a funcionários	115	320	Tributos a pagar	7.628	238
Impostos e contribuições a recuperar	979	938	Provisão de arrendamentos (nota 10)	2.469	1.158
Outros ativos	146	2.007			
	72.944	54.098		64.265	40.537
			Não circulante		
Não circulante			Provisão de arrendamentos (nota 10)	9.208	-
Empréstimos a funcionários	226	692	Benefícios pós-emprego (nota 13)	6.188	7.414
Ativo imobilizado				15.396	7.414
Ativos de exploração e produção de petróleo e gás (nota 8)	1.103.095	778.394			
Outros ativos imobilizados (nota 9)	13.912	5.548			
	1.117.233	784.634	Patrimônio líquido		
			Capital social (nota 14)	3.202.874	2.374.323
			Ajuste de avaliação patrimonial	5.467	3.089
			Prejuízos acumulados	(2.097.825)	(1.586.631)
				1.110.516	790.781
Total do ativo	1.190.177	838.732	Total do passivo e patrimônio líquido	1.190.177	838.732

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (nota 16)	(157.819)	(168.069)
Processamento sísmico e poços não produtivos (nota 16)	(494.950)	(89.662)
Outras despesas (nota 17)	(3.810)	(188.247)
Resultado operacional	(656.579)	(445.978)
Resultado financeiro (nota 15)		
Variações cambiais	(539)	(50.232)
Resultado financeiro	(539)	(50.232)
Prejuízo do exercício	(657.118)	(496.210)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(657.118)	(496.210)
Ganho atuarial - benefício pós-emprego	2.378	2.066
Resultado abrangente do exercício	(654.740)	(494.144)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.446.880	1.023	(1.824.296)	623.607
Prejuízo do exercício	-	-	(496.210)	(496.210)
Ganho atuarial - benefício pós-emprego	-	2.066	-	2.066
Aumento de capital (Nota 14)	372.710	-	-	372.710
Aumento de capital via conversão de empréstimo (Nota 14)	288.608	-	-	288.608
Absorção de Prejuízos Acumulados	(733.875)	-	733.875	-
Em 31 de dezembro de 2024	2.374.323	3.089	(1.586.631)	790.781
Prejuízo do exercício	-	-	(657.118)	(657.118)
Ganho atuarial - benefício pós-emprego	-	2.378	-	2.378
Aumento de capital (Nota 14)	974.475	-	-	974.475
Absorção de Prejuízos Acumulados	(145.924)	-	145.924	-
Em 31 de dezembro de 2025	3.202.874	5.467	(2.097.825)	1.110.516

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(657.118)	(496.210)
Ajustes		
Depreciação e amortização (nota 9)	4.904	6.061
Variação cambial do empréstimo (nota 12)	-	50.315
Juros de arrendamento mercantil (nota 10)	322	33
Baixa de ativos imobilizados (nota 8)	146	-
Baixa de ativos de exploração e produção de petróleo e gás (nota 16)	187.546	67.845
Benefício pós-emprego	1.152	1.876
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber empresas ligadas	(20.479)	(2.191)
Contas a pagar (receber) empresas parceiras	31.513	(14.211)
Adiantamentos e empréstimos a funcionários	671	7
Imposto e contribuições a recuperar	(41)	(129)
Outros ativos	1.861	(1.270)
Depósitos judiciais	-	21.172
Fornecedores e outros contas a pagar	(45)	1.059
Salários e encargos sociais	(5.417)	(87)
Tributos a pagar	7.390	(87)
Juros pagos	-	(85)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(447.595)	(365.902)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado (Nota 9)	(367)	(1.089)
Aquisições de ativos de exploração e produção de petróleo e gás (Nota 8)	(512.247)	(123.571)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(512.614)	(124.660)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	974.475	372.710
Ingressos de empréstimos - partes relacionadas	-	118.840
Pagamento de arrendamentos	(2.850)	(3.913)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	971.625	487.637
Redução de caixa e equivalentes de caixa	11.416	(2.925)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.483	40.408
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>48.899</u>	<u>37.483</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda. (“Sociedade” ou “Chevron Brasil”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Sociedade faz parte da Chevron Corporation, uma das maiores sociedades de exploração, produção e comercialização de energia derivada do petróleo e gás natural, atuando em conjunto com sociedades coligadas no Brasil e no exterior, compartilhando estruturas e custos corporativos e operacionais.

A Sociedade tem como objeto social a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos e outras atividades ligadas ou conexas a estas.

A Sociedade adquiriu direito de exploração em blocos offshore através de licitações realizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) . Alguns desses blocos foram devolvidos de forma integral e voluntária para ANP por não apresentar indicação de aproveitamento econômico para a parceria. O quadro a seguir detalha os blocos adquiridos, o percentual de participação nas parcerias e o status:

Rodada	Bloco	Bacia	Consórcio e participação	Status
R15 - Concessão	S-M-764	Santos	Chevron Brasil (operador)-50%; Repsol -50%;	Devolvido em 2024
R15 - Concessão	C-M-791	Campos	Shell (operador) -40%; Chevron Brasil -40%; Petrogal -20%	Devolvido em 2023
R15 - Concessão	C-M-821	Campos	Repsol (operador)-50%; Chevron Brasil -50%;	Devolvido em 2024
PSC4 - Partilha	Três Marias	Santos	Petrobras (operador)-30%; Shell-40%; Chevron Brasil -30%	Devolvido em 2023
PSC5 - Partilha	Saturno	Santos	Shell (operador) -45%; Chevron Brasil -45%; Ecopetrol -10%	Devolvido em 2023
R16 - Concessão	C-M-659	Campos	Shell (operador) -40%; Chevron Brasil -35%; Qatar Petroleum -25%	Fase de exploração
R16 - Concessão	C-M-713	Campos	Shell (operador) -40%; Chevron Brasil -35%; Qatar Petroleum -25%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-22	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-24	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-76	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-78	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-132	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-134	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-190	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-192	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-194	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-1275	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4º Ciclo OPC	P-M-1664	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-1666	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-1733	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-1735	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
4º Ciclo OPC	P-M-1791	Pelotas	Chevron (operador)-100%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-194	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-65%; CNPC -35%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-196	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-65%; CNPC -35%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-265	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-65%; CNPC -35%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-267	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-65%; CNPC -35%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-334	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-65%; CNPC -35%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-336	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-65%; CNPC -35%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-405	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-50%; CNPC -50%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-473	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-50%; CNPC -50%	Fase de exploração
5º Ciclo OPC	FZA-M-475	Foz do Amazonas	Chevron (operador)-50%; CNPC -50%	Fase de exploração

Em 2024, a Sociedade avaliou o seu portfólio de ativos de exploração e decidiu, em conjunto com os parceiros, pela devolução do blocos S-M-764 e C-M-821, baixando assim o valor pago pelo bônus de exploração destes blocos (Nota 8.1).

Conforme demonstrado acima, nos exercícios de 2025 e de 2024 os blocos adquiridos pela Sociedade encontravam-se em fase de exploração, sem geração de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 a Sociedade apresentou prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.097.825 (2024 – R\$ 1.586.631). A Administração da Sociedade continuará contando com o suporte da Chevron Corporation para a manutenção do plano de investimento e custeio de suas operações, fato este ratificado por sucessivos aumentos de capital durante o período (Nota 14).

Embora a Sociedade tenha o contínuo suporte de seus quotistas, a Administração da Sociedade está firmemente engajada na identificação de novas oportunidades para aquisição e investimento em outros blocos e campos, sob a forma de *farm-in*, participação em rodadas de licitação ou outros.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 18 de maio de 2026.

1.2 Mudanças climáticas

A Chevron Corporation aspira atingir zero emissões líquidas ("net zero") operacionais até 2050 (escopos 1 e 2). A concretização desta meta depende do progresso contínuo em tecnologia comercialmente viável, políticas de governo, negociações bem-sucedidas para captura e armazenamento de carbono e projetos baseados na natureza, disponibilidade de compensações verificáveis e econômicas no mercado global, e concessão das licenças necessárias

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pelas autoridades governamentais

A Chevron Corporation também introduziu uma métrica de intensidade de carbono (PCI), que é uma medida da intensidade de carbono em toda cadeia de valor de todos os negócios da Chevron. Esta métrica abrange os negócios upstream e downstream e inclui escopo 1 (emissões diretas), escopo 2 (emissões indiretas de eletricidade e vapor importados) e certas emissões de escopo 3 (principalmente emissões provenientes do uso de produtos vendidos). A meta é até 2028 obter um PCI da Chevron Corporation de 71 gramas (g) de dióxido de carbono equivalente (CO₂e) por megajoule (MJ), uma redução superior a 5% em relação ao ano de 2016.

1.3 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma ") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual ") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS "), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032 em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

1.4 Redução de capital

Em razão da devolução de áreas à ANP e das perdas incorridas nesses projetos registradas no Balanço da Sociedade, em março de 2025 a administração resolveu reduzir o capital social no valor de R\$ 145.924 (2024-R\$733.875) para absorver parte deste prejuízo contábil (nota 14).

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários de curto prazo, com vencimento original de até três meses e alta liquidez que não possuem qualquer tipo de restrição, com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os ativos financeiros da Sociedade foram classificados nas categorias “mensurados ao custo amortizado” (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de empresas parceiras e ligadas). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Sociedade compreendem “caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber – empresas parceiras” e “contas a receber – empresas ligadas”.

2.4 Contas a receber/pagar – empresas ligadas

Como regra, as contas a receber/pagar devem ser inicialmente avaliadas pelo seu valor justo, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, a Sociedade avalia suas contas a receber/pagar na data das demonstrações financeiras pelo seu valor nominal por entender que a diferença entre o valor nominal e o valor presente não é material.

2.5 Contas a receber/pagar - empresas parceiras

É composto de valores pagos ou recebidos a maior de cobranças feitas pelas operadoras dos consórcios ou pela própria Sociedade (naqueles em que é operadora) ou pelo registro de obrigações a pagar, para condução das operações dos novos blocos de exploração. De modo geral, o operador envia aos parceiros prestações de contas em uma base mensal, e com base em tais prestações de contas as obrigações são registradas. Geralmente é feito um

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adiantamento de dinheiro pelos parceiros e depois a prestação de contas pela operadora. As prestações de contas incluem valores estimados de custos e despesas que podem ser diferentes dos efetivamente realizados. A diferença desta operação gera contas a receber ou a pagar dependendo se a prestação de contas for menor ou maior do que o dinheiro adiantado por cada um dos parceiros. Caso o valor pago à operadora não seja utilizado em um determinado mês, tal valor será abatido no pagamento relativo ao mês subsequente.

As contas a receber/pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Sociedade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas às contas a receber. A Sociedade aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Sociedade avalia a necessidade de ajustar seus recebíveis a valor presente; contudo, para as presentes demonstrações financeiras, nenhum ajuste foi realizado uma vez que seus recebíveis têm prazo de vencimento inferior a 30 dias e os possíveis ajustes não seriam relevantes.

2.6 Ativos de exploração e produção de petróleo e gás

Os ativos estão demonstrados ao custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra e custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração, inclusive o custo de frete.

O método de contabilização pelos esforços bem sucedidos é utilizado para os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás. De acordo com esse método, os custos dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, bem como todos os custos de desenvolvimento, devem ser capitalizados. Ainda segundo esse método, os custos de geologia e geofísica devem ser considerados como despesas do exercício em que forem incorridos. Os custos com poços exploratórios secos e os relacionados a reservas não comerciais devem ser registrados no resultado do exercício em que são identificados como tal.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração (que inclui os valores pagos a título de bônus de concessão, quando adquirida a concessão para exploração de áreas) são capitalizados e serão amortizados pelo método das unidades produzidas em relação às reservas provadas.

Os custos capitalizados e os bens e direitos relacionados são revisados anualmente para identificação de possíveis perdas em seu valor de recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado que os ativos relacionados irão gerar para a Sociedade.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos de exploração e produção de petróleo e gás e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Especificamente em relação aos ativos relacionados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, a Sociedade utiliza, para avaliação do valor recuperável de ativos, alguns conceitos extraídos das normas e práticas internacionais, mais especificamente do IFRS 6 – Exploration and evaluation of mineral resources e do Discussion Paper – Extractive activities – Impairment. Nessa avaliação a Sociedade considera alguns fatores como indicativos de que um ativo não será recuperável, como por exemplo: (i) não há um orçamento aprovado para os estudos de viabilidade dos poços perfurados; (ii) o prazo de concessão está chegando próximo ao fim, as atividades exploratórias ainda estão em fase inicial e não é provável a renovação dessa concessão; (iii) os poços perfurados foram dados como “secos”; e (iv) os hidrocarbonetos encontrados não são suficientes para constituírem uma reserva, ou seja, não são recuperáveis dadas as atuais condições econômicas e tecnológicas, etc. Se a avaliação apontar a existência de indicativos de impairment e a administração da Sociedade entender que, de fato, há uma perda não recuperável, tal perda é reconhecida no resultado do exercício.

2.8 Outros ativos imobilizados

Compreende principalmente benfeitorias em imóveis de terceiros, veículos, móveis e utensílios, direitos de uso e equipamentos de informática e estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. A depreciação do custo destes ativos é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos nas demonstrações do resultado na rubrica "Variações cambiais".

2.11 Gastos associados ao *Joint Operating Agreement*

As demonstrações financeiras da Sociedade refletem sua respectiva participação nos ativos e quaisquer passivos resultantes do negócio em conjunto na concessão, com base na participação acordada em contrato, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Sociedade estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos totais já incorridos pela concessão, faturados ou não pelos fornecedores, e reportados pelas operadoras aos parceiros através do relatório *billing statement*. Essa estimativa de desembolsos é comparada ao saldo da conta corrente mantida para os gastos da concessão e a diferença é recobrada da Sociedade ou pela Sociedade via *cash calls*.

2.12 Arrendamentos

A Sociedade implementou o CPC 06 (R2) em janeiro de 2019. Os ativos e passivos de arrendamento mercantil foram reconhecidos na data da aplicação inicial adotando os seguintes critérios de mensuração inicial:

- Passivo de arrendamento: o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa de desconto definida pela administração;
- Ativo de direito de uso: mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.
- Contratos de arrendamento de baixo valor (ativos com valor igual ou inferior a R\$ 50) não são reconhecidos. Estes incluem, nomeadamente, contratos de aluguel de impressoras e computadores e outros equipamentos de escritório.

2.13 Capital social

As quotas de capital subscritas e integralizadas são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Novos pronunciamentos e interpretações contábeis

Alterações de normas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 10 de janeiro de 2025.

A Sociedade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos

Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 10 de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 10 de janeiro de 2026. A Sociedade está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Sociedade, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

- • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

- • A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- • IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- • IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- • IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 10 de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 10 de janeiro de 2027.

A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que

ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas, que envolvem a utilização de premissas e julgamentos contábeis críticos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplada abaixo.

3.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Como descrito na nota 2.9, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais. O atual estágio em que a Sociedade se encontra não permite segurança sobre a expectativa de geração de lucros futuros para compensar os prejuízos fiscais acumulados. Dessa forma, a Sociedade não constitui ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL. A avaliação da expectativa de geração de lucros tributáveis

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

futuros, que fundamenta a não constituição do ativo fiscal diferido, envolve julgamento por parte da Administração.

3.2 Impairment de ativos não financeiros

Conforme descrito nas Notas 2.7, a Sociedade analisa em cada data de reporte a recuperação dos saldos registrados como "Ativos de exploração e produção de petróleo e gás" e "Outros ativos imobilizados".

A Sociedade determina o valor recuperável com base nos cálculos de valor em uso empregando o método de fluxos de caixa descontado. Esses cálculos implicam a definição de premissas significativas e áreas de incerteza nas estimativas, como taxa de desconto, receita e margem estimadas e investimento em capital de giro. Os fluxos de caixa usados pela administração baseiam-se em orçamentos e projeções pré-aprovados. A administração fundamenta suas premissas na experiência histórica relacionada a informações sobre as tendências da indústria publicadas por fontes externas, quando estas estão disponíveis.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger dos riscos financeiros.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Sociedade, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Sociedade identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo Chevron.

(a) Risco de mercado

Taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que alterem o valor de seu contas à receber, contas à pagar e de empréstimos tomados de Sociedades ligadas denominados em dólar estadunidense. A sociedade não possui saldo de empréstimos com sociedades ligadas em dólar estadunidense em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está associado aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, mantidos em instituições financeiras, e aos créditos perante empresas parceiras e ligadas.

No que se refere ao saldo de disponibilidades e eventuais aplicações financeiras, a Sociedade tem como política trabalhar com instituições financeiras com rating de crédito classificado como grau de investimento, conforme avaliações de agências de rating reconhecidas pelo mercado, mitigando desta forma o risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Sociedade possuía conta corrente e aplicações financeiras no Banco Citibank (vide nota 6).

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de tesouraria.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área de tesouraria, responsável pelo acompanhamento das despesas incorridas no período. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Sociedade conta com suporte de sua cotista majoritária para aporte de recursos financeiros necessários a satisfazer suas obrigações (Nota 1).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Sociedade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Passivos de arrendamentos	2.469	2.570	6.638
Fornecedores e outras obrigações	14.885	-	-
Contas a pagar empresas parceiras	22.150	-	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Passivos de arrendamentos	1.158		-
Fornecedores e outras obrigações	14.930	-	-
Contas a pagar empresas parceiras	1.661		

4.2 Gestão de capital

O capital da Sociedade é administrado de forma a suportar as atividades rotineiras do negócio de desenvolvimento. Seguindo as diretrizes básicas do Grupo Chevron de não ter endividamento local, toda a necessidade de caixa é coberta através de injeção de capital. A Administração gerencia o capital e o grau de alavancagem em conjunto com a gestão da dívida líquida.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo circulante	64.265	40.537
Passivo não circulante	<u>15.396</u>	<u>7.414</u>
Total do passivo	<u>79.661</u>	<u>47.951</u>
Caixa e equivalente de caixa	<u>(48.899)</u>	<u>(37.483)</u>
Dívida líquida	<u>30.762</u>	<u>10.468</u>
Patrimônio líquido	<u>1.110.516</u>	<u>790.781</u>
Índice de Alavancagem	0,027	0,013

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, das contas a receber e a pagar pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros por categoria da Sociedade estão apresentados abaixo:

	<u>Custo amortizado</u>
Em 31 de dezembro de 2025	
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	48.899
Contas a receber empresas parceiras	1.493
Contas a receber empresas ligadas	<u>21.312</u>
	<u>71.704</u>
	<u>Custo amortizado</u>
Em 31 de dezembro de 2025	
Passivo	
Fornecedores	14.885
Contas a pagar empresas parceiras	<u>22.150</u>
	<u>37.035</u>
	<u>Custo amortizado</u>

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa	37.483
Contas a receber empresas parceiras	12.517
Contas a receber empresas ligadas	833
	<u>50.833</u>
	<u>Custo amortizado</u>

Em 31 de dezembro de 2024

Passivo

Fornecedores	14.930
Contas a pagar empresas parceiras	<u>1.661</u>
	16.591

6 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelo saldo de depósitos bancários junto ao Citibank no valor de R\$ 48.899 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 37.483 em 31 de dezembro de 2024, integralmente disponível para uso nas operações da Sociedade.

7 Contas a receber (a pagar) - empresas parceiras

Contas a receber	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Shell Brasil Ltda.		10.668
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	<u>1.493</u>	<u>1.849</u>
	<u>1.493</u>	<u>12.517</u>
Contas a pagar	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Repsol Exploração Brasil Ltda	-	1.661
Shell Brasil Ltda.	<u>22.150</u>	<u>-</u>
	<u>22.150</u>	<u>1.661</u>

Conforme demonstrado na nota 1, a Sociedade possui participação em 16 blocos com outras companhias

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(consórcios), sendo operador de 10. Mesmo tendo retornado alguns desses blocos à ANP, a Sociedade ainda possui saldos em aberto com os parceiros aguardando a prestação de contas final (*final billing statement*). Desta forma, o saldo desta conta é composto de valores pagos ou recebidos a maior de cobranças feitas pelas operadoras dos consórcios ou pela própria Sociedade (naqueles em que é operadora) ou pelo registro de obrigações a pagar, para condução das operações dos blocos de exploração.

De modo geral, o operador envia aos parceiros prestações de contas em uma base mensal, e com base em tais prestações de contas as obrigações são registradas nesta rubrica. Geralmente é feito um adiantamento de dinheiro pelos parceiros e depois a prestação de contas pela operadora. As prestações de contas incluem valores estimados de custos e despesas que podem ser diferentes dos efetivamente realizados. A diferença desta operação gera contas a receber ou a pagar dependendo se a prestação de contas for menor ou maior do que o valor pago antecipado por cada um dos parceiros. Caso o valor pago à operadora não seja utilizado em um determinado mês, este será abatido no pagamento relativo ao mês subsequente.

8 Ativos de exploração e produção de petróleo e gás

O saldo da conta de ativos de exploração e produção de petróleo e gás é composto substancialmente pelo bônus de assinatura pago à Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANP) e está dividido entre os blocos abaixo:

	2025	2024
Bônus de assinatura		
Bloco CM659	249.900	249.900
Bloco CM713	192.780	192.780
Bloco P-M-22	13.520	13.520
Bloco P-M-24	16.880	16.880
Bloco P-M-76	14.880	14.880
Bloco P-M-78	7.501	7.501
Bloco P-M-132	21.920	21.920
Bloco P-M-134	7.801	7.801
Bloco P-M-190	4.921	4.921
Bloco P-M-192	14.480	14.480
Bloco P-M-194	7.201	7.201
Bloco P-M-1275	2.386	2.386
Bloco P-M-1664	3.366	3.366
Bloco P-M-1666	2.876	2.876
Bloco P-M-1733	3.366	3.366
Bloco P-M-1735	2.876	2.876
Bloco P-M-1791	3.686	3.686
Bloco FZA-M-194	66.458	-
Bloco FZA-M-196	44.306	-
Bloco FZA-M-265	66.458	-
Bloco FZA-M-267	44.306	-
Bloco FZA-M-334	18.462	-
Bloco FZA-M-336	18.462	-
Bloco FZA-M-405	39.762	-
Bloco FZA-M-473	29.822	-
Bloco FZA-M-475	22.722	-
	921.098	570.340

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo composição dos ativos em construção referente aos gastos exploratórios realizados:

	2025	2024
Bloco CM-659	181.997	208.054
	181.997	208.054
Total dos ativos de exploração e produção de petróleo e gás	1.103.095	778.394

8.1 Ajuste do valor recuperável de ativo

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, a Sociedade prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela administração para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto.

Em 2024, a Sociedade avaliou o seu portfólio de ativos de exploração e decidiu, em conjunto com os parceiros, pela devolução à ANP dos blocos S-M-764 e C-M-821, resultando em um *impairment* do bonus de exploração de R\$ 73.480.

Segue abaixo movimentação do ativo de exploração e produção de petróleo e gás:

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Bônus de concessão	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	516.160	206.508	722.668
Aquisição	127.660	1.546	129.206
Créditos recebidos por poço não produtivo (*)		(5.635)	(5.635)
Baixa por poço não produtivo		5.635	5.635
Impairment bônus de concessão	(73.480)		(73.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>570.340</u>	<u>208.054</u>	<u>778.394</u>
Composto por:			
Custo total	<u>570.340</u>	<u>208.054</u>	<u>778.394</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	570.340	208.054	778.394
Aquisição	350.758	161.489	512.247
Baixa por poço não produtivo (**)	-	(187.546)	(187.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>921.098</u>	<u>181.997</u>	<u>1.103.095</u>
Composto por:			
Custo total	<u>921.098</u>	<u>181.997</u>	<u>1.103.095</u>

(*) Em 2024, foi registrado um crédito líquido total de R\$ 5.635 para os blocos C-M-791, Três Marias e Saturno que já haviam sido baixados em 2023, resultante da venda e transferência pelos consórcios de equipamentos não utilizados para outros blocos.

(**) Em 2025, a Sociedade realizou análises no poço perfurado do bloco C-M-659 cujo resultado não foi satisfatório, acarretando na baixa do poço no montante de R\$ 187.546.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros ativos imobilizados

	Benfeitorias em edificações	Telecomunicação e informática	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Imobilizado total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.788	3.107	340	248	5.289	10.772
Aquisição	17	1.053	-	19	-	1.089
Alienação/baixa – Custo	-	(4.765)	(303)	(31)	(252)	(5.351)
Depreciação/exaustão/amortização	(733)	(1.115)	(145)	(185)	(3.883)	(6.061)
Alienação/Baixa depreciação	-	4.765	303	31	-	5.099
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.072	3.045	195	82	1.154	5.548
Composto por:						
Custo total	11.428	20.431	786	1.124	27.329	61.098
Depreciação/amortização acumulada	(10.356)	(17.386)	(591)	(1.042)	(26.175)	(55.550)
Valor líquido contábil	1.072	3.045	195	82	1.154	5.548
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.072	3.045	195	82	1.154	5.548
Aquisição	-	309	-	58	13.047	13.414
Alienação/baixa – Custo	-	(167)	(786)	-	-	(953)
Depreciação/exaustão/amortização	(721)	(1.190)	(77)	(23)	(2.893)	(4.904)
Alienação/Baixa depreciação	-	139	668	-	-	807
Saldo em 31 de dezembro de 2025	351	2.136	-	117	11.308	13.912
Composto por:						
Custo total	11.428	20.573	-	1.182	40.376	73.559
Depreciação/amortização acumulada	(11.077)	(18.437)	-	(1.065)	(29.068)	(59.647)
Valor líquido contábil	351	2.136	-	117	11.308	13.912
Taxa anual de depreciação/amortização do ativo	20%	20%	20%	10%		

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Direito de uso e passivo de arrendamento

A movimentação dos ativos e passivos de arrendamento está demonstrada a seguir:

Ativo de direito de uso

	Andares do escritório central da Sociedade	2024
Saldo inicial	5.289	5.289
Ajuste por revisão de contrato	(252)	(252)
Depreciação	(3.883)	(3.883)
Saldo Final	1.154	1.154
	Andares do escritório central da Sociedade	2025
Saldo inicial	1.154	1.154
Novo contrato	13.047	13.047
Depreciação	(2.893)	(2.893)
Saldo Final	11.308	11.308

Passivo de arrendamento mercantil

	Andares do escritório central da Sociedade	2024
Saldo inicial	(5.375)	(5.375)
Ajuste por revisão de contrato	252	252
Juros apropriados	(33)	(33)
Juros pagos	85	85
Pagamentos	3.913	3.913
Saldo final	(1.158)	(1.158)
Saldo curto prazo		(1.158)
Saldo longo prazo		-
Total		(1.158)

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Andares do escritório central da Sociedade	2025
Saldo inicial	(1.158)	(1.158)
Novo contrato	(13.047)	(13.047)
Juros apropriados	(322)	(322)
Pagamentos	2.850	2.850
Saldo final	(11.677)	(11.677)
Saldo curto prazo		(2.469)
Saldo longo prazo		(9.208)
Total		(11.677)

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Sociedade estimou as taxas de desconto aplicáveis aos contratos de arrendamento com base na taxa incremental de financiamento do Grupo Chevron, determinada a partir das taxas de juros livres de risco observadas no mercado, compatíveis com os prazos dos contratos.

As taxas de desconto foram definidas considerando os prazos dos contratos de arrendamento e refletem as condições de mercado vigentes na data inicial dos contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os diferentes prazos contratuais:

Em 31 de dezembro de 2025

Prazos	Taxa % a.a.
Curto prazo (0-3 anos)	3,66%
Médio prazo (3-9 anos)	3,79%
Longo prazo (9+ anos)	4,55%

Em 31 de dezembro de 2024

Prazos	Taxa % a.a.
Curto prazo (0-3 anos)	4,30%
Médio prazo (3-9 anos)	4,18%
Longo prazo (9+ anos)	4,53%

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores e provisões contratuais - materiais, serviços e aluguel de equipamentos	14.885	14.930
	14.885	14.930

O saldo de provisão para pagamentos contratuais é composto por valores estimados de obrigações contratuais estabelecidas com contrapartes da Sociedade.

12 Partes relacionadas

(i) Saldos

	2025						
	Chevron Oronite Brasil	Chevron Services Company	Chevron Technical Center	Chevron Suriname Explorat.	Chevron Peru Explorat.	Chevron Mexico Finance	Total
Ativo circulante							
Contas a receber	296	1.550	184	17.423	11	1.848	21.312
	2024						
	Chevron Oronite Brasil	Chevron Services Company	Total				
Ativo circulante							
Contas a receber	247	586	833				

Em 2025, a Sociedade prestou serviços de suporte a partes relacionadas, incluindo serviços técnicos e de suporte administrativo, por meio da disponibilização de parte de seu quadro de pessoal para atuação junto a outras empresas do grupo. Os custos associados a esses serviços foram alocados com base no tempo dedicado às atividades desempenhadas.

Os serviços foram precificados com base nos custos diretos e indiretos incorridos pela Sociedade com os colaboradores envolvidos, acrescidos de um markup, em linha com as políticas internas e com a legislação aplicável de preços de transferência.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 80% do saldo a receber de partes relacionadas refere-se à Chevron Suriname Exploration. O saldo permanece em aberto em função das características operacionais e dos prazos de faturamento e liquidação acordados entre as partes. A Administração não identifica riscos relevantes quanto à sua realização.

	2025		2024	
	Chevron Brazil Block BS-4 Holding Limited	Total	Chevron Brazil Block BS-4 Holding Limited	Total
Passivo circulante				
Contas a pagar	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-

Movimentação dos empréstimos

	2025	2024
	Empréstimos Sociedades Ligadas	Empréstimos Sociedades Ligadas
Saldo Inicial	-	119.453
Ingresso	-	118.840
Pagamento	-	-
Conversão em aumento de capital	-	(288.608)
Variação Cambial	-	50.315
Saldo Final	-	-

O empréstimo tomado da Chevron Brazil Block BS-4 Holding Limited, era fixado em dólar estadunidense e o saldo não era remunerado. O contrato possuía vencimento em 31 de dezembro de 2025. Nos exercícios findos em 31 de

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2024, parte significativa da variação cambial apresentada nas demonstrações de resultado na rubrica "Variações cambiais" no resultado financeiro, resultam destes empréstimos com partes relacionadas.

Em dezembro de 2024 o saldo total do empréstimo foi convertido em aumento de capital.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2025 a Sociedade contabilizou despesa total de R\$ 4.488 referente a remuneração de seus diretores (salários, encargos e benefícios). Em 2024 essa despesa foi de R\$ 3.086.

(iii) Transações com partes relacionadas contabilizadas no resultado do exercício

	2025	2024
Outras receitas (despesas)		
Chevron Oronite	3	-
Chevron Services Company	192	-
Chevron Technical Center	281	-
Chevron Mex Finance LLC	161	-
Chevron Suriname Exploration	1.078	-
	1.715	-
Despesa (receita) de variação cambial		
Chevron Brazil Block BS-4 Holding LTD	-	(50.315)
Chevron Services Company	25	-
Chevron Technical Center	1	-
Chevron Mex Finance LLC Sucurs	(48)	-
Chevron Suriname Exploration L	(334)	-
Chevron Peru Exploration	(1)	-
	(357)	(50.315)

As transações com partes relacionadas realizadas pela Sociedade concentram-se, majoritariamente, em reembolsos de despesas, decorrentes do rateio e ressarcimento de custos incorridos. Tais transações não configuram receita para a Sociedade, uma vez que não envolvem a venda de bens ou a prestação de serviços a terceiros, mas sim o reembolso de gastos previamente incorridos. Em razão disso, os valores registrados na rubrica de contas a receber de partes relacionadas não apresentam correlação direta com as outras receitas reconhecidas na demonstração do resultado.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Benefícios pós emprego

Os benefícios pós emprego oferecidos pela Sociedade estão apresentados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) -Benefícios a Empregados.

	2025	2024
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
Benefícios de planos de pensão	-	-
Benefícios de saúde pós-emprego	6.188	7.414
	6.188	7.414
	2025	2024
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com		
Benefícios de planos de pensão	-	-
Benefícios de saúde pós-emprego	1.152	1.876
	1.152	1.876
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício	2.378	2.066
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	5.467	3.089

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Sociedade é patrocinadora da TEXPREV – Texaco Sociedade Previdenciária, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria, instituída com a finalidade de suplementar benefícios previdenciários aos empregados de empresas do grupo Chevron no Brasil.

Em 2025, foi concluído o processo de reorganização dos planos de benefícios, com a fusão do Plano de Benefícios II (PrevChevron, patrocinado pela Chevron Oronite Brasil Ltda.) e do Plano de Benefícios TEXPREV (patrocinado pela Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda.), conforme autorizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio da Portaria PREVIC/DILIC nº 101, de 03 de fevereiro de 2025. Como resultado dessa reorganização, foi instituído o Plano de Benefícios ChevronPrev, que passou a concentrar os participantes, direitos e obrigações dos planos anteriormente existentes. O objetivo da unificação foi promover maior sinergia e simplificação das atividades de administração dos planos.

A Sociedade oferece aos seus funcionários um plano que contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida, desvinculados da Previdência Social, incluindo também o benefício diferido por desligamento, além dos seguintes benefícios de risco: benefício de invalidez e de pensão por morte.

As contribuições ao Plano apresentam-se como segue:

- (i) Contribuição básica mensal de participante ativo corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

um percentual inteiro e variável, em múltiplos de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), escolhido pelo Participante entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 6,5% (seis vírgula cinco por cento), sobre a parcela do Salário de Contribuição.

- (ii) Contribuição mensal da Sociedade igual ao valor da Contribuição mensal de Participante.
- (iii) Contribuições específicas ao Plano são realizadas pela Sociedade caso seja constatada essa necessidade, baseada no custo calculado pelo Atuário e de acordo com os critérios fixados pelas autoridades públicas competentes.

A duração média ponderada da obrigação é de 8,3 anos.

Passivo atuarial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não registrou passivo atuarial relativo a planos de suplementação de aposentadoria por conta do plano estar superavitário, em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, de acordo com parecer atuarial obtido de atuário independente.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2025	2024
Valor presente das obrigações financiadas	11.351	11.300
Valor justo dos ativos do plano	(16.348)	(13.621)
Efeito da limitação ao teto do ativo	4.997	2.321
	-	-

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

Hipóteses financeiras	2025	2024
Taxa de desconto	10,75%	10,50%
Inflação	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento do pagamento dos benefícios	3,50%	3,50%
Data de mensuração	30/06/25	30/09/24

Hipóteses biométricas

Tábua de mortalidade geral	AT-200(*)	AT-200(*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável

(*) Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo e desagravada em 10%

(b) Plano de saúde

A Sociedade administra um plano de saúde sob a forma de seguro saúde com o objetivo de proporcionar assistência

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

médica subsidiada a seus empregados. Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade tem contabilizada provisão no montante de R\$6.188 (2024 - R\$7.414), para custeio do plano de saúde de aposentados.

A movimentação na obrigação de benefício definido é como segue:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	7.414	7.604
Custo do serviço	374	1.154
Custo financeiro	778	722
Perdas (Ganhos) atuariais	(2.378)	(2.066)
Em 31 de dezembro	6.188	7.414

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

Hipóteses financeiras	2025	2024
Taxa de desconto	10,75%	10,50%
Inflação	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento atual dos custos médicos	6,61%	7,12%
Taxa de crescimento final dos custos médicos	5,57%	5,57%
Ano que a taxa atinge a tendência final	2028	2028
Data de mensuração	30/09/25	31/10/24

Hipóteses biométricas

Tábua de mortalidade geral	AT-200(*)	AT-200(*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável

(*) Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo desagravada em 10%.

14 Patrimônio líquido

Ao longo do ano de 2025, a Sociedade recebeu aumentos de capital de suas quotistas no valor total de R\$ 974.475 (2024 – R\$372.710), para financiamento das atividades de exploração dos blocos nos quais tem participação.

Por conta da devolução de áreas à ANP e das perdas incorridas irreparáveis nesses projetos, a Sociedade realizou uma redução de capital para absorver parte deste prejuízo contábil no valor de R\$ 145.924 (2024-R\$ 733.875) e a consequente extinção de 14.592.347.310 quotas de R\$ 0.01 cada uma.

Em 19 de dezembro de 2024 o saldo total do empréstimo a pagar no valor de R\$ 288.608 foi convertido em

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

investimento pela sócia Chevron Brazil BLock BS-4 Holdings Limited, aumentando assim o capital social da Sociedade.

Após estas transações em 2025, o capital subscrito e integralizado ficou dividido em 320.287.371.979 quotas de R\$ 0,01 cada uma, perfazendo um total de R\$ 3.202.874. A composição acionária está demonstrada no quadro a seguir:

Quotistas	Quotas	Valor em reais
Chevron Brazil Block BS-4 Holdings Limited (*)	320.022.694.779	3.200.226.947,79
Chevron Brazil Santos Block BS-4 Holdings Limited (*)	264.677.200	2.646.772,00
	<u>320.287.371.979</u>	<u>3.202.873.719,79</u>

(*) O total do capital estrangeiro está registrado no Banco Central do Brasil.

Em função de a Sociedade ter apurado prejuízo no exercício, bem como possuir saldo de prejuízos acumulados, não foram propostos dividendos pela administração em dezembro de 2025.

15 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras		
Variação cambial – partes relacionadas	(536)	(50.315)
Variação cambial - outros	<u>(3)</u>	<u>83</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(539)</u>	<u>(50.232)</u>

16 Despesas gerais e administrativas e processamento sísmico.

	2025	2024
Despesas Gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(121.665)	(121.096)
Despesas de viagens e refeições	(3.025)	(4.942)
Despesas com IOF	(3.977)	(1.521)
Despesas bancárias	(3.894)	(536)
Despesas com serviços	<u>(12.658)</u>	<u>(19.582)</u>

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação e amortização	(2.011)	(2.178)
Amortização direito de uso	(2.893)	(3.883)
Tributárias	(89)	(162)
Outros	(7.607)	(14.169)
	<u>(157.819)</u>	<u>(168.069)</u>

Processamento sísmico e poços não produtivos

Aluguel de área ANP	(2.398)	(5.905)
Despesa com geologia e geofísica	(300.210)	(14.307)
Custos exploratórios associados à perfuração de poços (*)	(187.547)	5.635
Outras despesas exploratórias	(4.795)	(1.605)
Baixa do bônus de assinatura (**)	-	(73.480)
	<u>(494.950)</u>	<u>(89.662)</u>

O aumento das despesas exploratórias em 2025 foi devido, principalmente, por gastos relacionados a atividades de geologia e geofísica decorrentes da aquisição de dados sísmicos para os blocos operados na Bacia de Pelotas, bem como para estudos de novas áreas.

(*) Em 2024 foi registrado um crédito líquido total de R\$ 5.635 para os blocos C-M-791, Três Marias e Saturno, resultante da venda e transferência pelos consórcios de equipamentos não utilizados para outros blocos.

(**) Baixa dos bônus de assinatura dos blocos S-M-764 e C-M-821 em 2024 devido à devolução das áreas para a ANP.

17 Outras despesas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita líquida com partes relacionadas	1.715	63
Despesas pagas referente a autos de infração (*)	-	(183.745)
Outras receitas	705	129
Outras despesas	<u>(6.230)</u>	<u>(4.694)</u>
	<u>(3.810)</u>	<u>(188.247)</u>

(*) Correspondente a (i) Pagamento dos autos de infração dos campos de Papa Terra e Maromba (R\$168.114), e (ii) pagamento de auto de infração referente a processo tributário de participação especial do campo Frade (R\$ 15.631).

18 Provisões e passivos contingentes

A Sociedade é responsável por ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, que foram retidas pelo grupo Chevron após a venda das empresas Chevron Brasil Upstream Frade Ltda (“CBUF”) e Chevron Brasil Petróleo Ltda (“CBP”). Os riscos de perda dessas ações são classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotos, com base na avaliação de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2025, não haviam ações classificadas como prováveis. O montante estimado relativo aos passivos contingentes de ações avaliadas com probabilidade de perda possível é de R\$ 422.173.

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Tributários	254.513	244.657
Trabalhistas	120	120
Cível	167.540	-
Total	422.173	244.777

Processo tributário retido da Chevron Brasil Petróleo Ltda, classificado como possível:

- a) Creditos de ICMS recebidos da Petrobras (R\$ 8.928)

Auto de infração lavrado pela fiscalização do Estado do Rio de Janeiro para cobrança de suposto débito de ICMS e multa (75%), sob a alegação de que, entre os períodos de julho de 2017 a dezembro 2017, a Chevron Brasil Petróleo Ltda. teria compensado o aludido imposto de forma indevida, infringindo os artigos 2º, 3º, 33 e 39 da Lei n. 2.657/1996. O Fisco Estadual lavrou o referido auto de infração sob a presunção de que os produtos que deram origem aos créditos de ICMS, que foram transferidos pela Petrobrás, não constituiriam ativo permanente da CBP e nem seriam insumos da sua atividade, o que impossibilitaria o aproveitamento do referido crédito de ICMS.

O cerne da defesa administrativa é comprovar a essencialidade dos produtos que deram origem aos créditos de ICMS no processo produtivo da CBP. O processo aguarda apreciação do recurso voluntário interposto pela Empresa contra o acórdão proferido pela Junta de Revisão Fiscal que negou provimento a sua impugnação, para manter a autuação fiscal. A administração da Sociedade, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, considera os riscos de perda como possíveis, não existindo, portanto, a respectiva provisão contábil.

Processos cível retido da Chevron Brasil Upstream Frade Ltda, classificado como possível:

- a) Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro -FEPERJ (R\$ 167.540)

Ação cível movida pela Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ), na qual se pleiteia indenização por supostos danos materiais e morais alegadamente sofridos por pescadores em decorrência de incidente ambiental ocorrido no Campo de Frade, em 2011. A FEPERJ sustenta que o referido evento teria gerado receio de contaminação ambiental, ocasionando redução na demanda por pescado, com consequentes prejuízos à atividade pesqueira.

A ação tem como base laudo pericial apresentado unilateralmente pela FEPERJ, que estima valores indenizatórios por pescador, sem, contudo, demonstrar de forma consistente a efetiva ocorrência de dano ou o nexo causal entre o incidente e a alegada redução da atividade econômica. A Sociedade apresentou defesa, acompanhada de evidências técnicas, incluindo relatórios de órgãos ambientais competentes e da Polícia Federal, que não identificaram impactos ambientais ou prejuízos à pesca decorrentes do referido evento. Adicionalmente, a Sociedade suscitou questões processuais relevantes, incluindo a legitimidade da FEPERJ para propositura de ação coletiva, as quais ainda se encontram em discussão nas instâncias judiciais competentes.

Embora o processo ainda esteja pendente de julgamento definitivo quanto ao mérito e ao eventual valor de condenação, e apesar de a FEPERJ não ter apresentado valor certo e líquido para a demanda, a administração da

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sociedade, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, considera que os riscos de perda associados a esse processo são classificados como possíveis, não sendo, portanto, reconhecida provisão contábil nas demonstrações financeiras.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade acumula créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados, bem como as diferenças temporárias (provisões e variação cambial) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.364.828 (2024 R\$ 1.159.288).

Como não possui, até a data dessas demonstrações financeiras, expectativa provável de geração de lucros futuros capazes de serem compensados com esses saldos de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social, a Sociedade não registrou ativos fiscais diferidos de IRPJ e de CSLL.

Reconciliação do benefício do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(657.118)	(496.210)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	223.420	168.711
Despesa indedutíveis e outras	(17.880)	(80.001)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	205.540	88.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados	(205.540)	(88.710)
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	-	-

A variação nas despesas indedutíveis em 2024 ocorreu devido aos pagamentos de processos retidos das empresas Chevron Brasil Petróleo e Chevron Brasil Upstream Frade (despesas pagas referente a autos de infração).

Os ativos de impostos diferidos não são reconhecidos para os prejuízos fiscais, pois a Sociedade verificou que não há probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. A Sociedade não reconheceu ativos de impostos de R\$ 205.540 (2024 – R\$ 88.710) com relação a prejuízos no montante de R\$ 657.118 (2024 - R\$ 496.210), que podem ser compensados com lucro tributável futuro. Esses prejuízos não possuem

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

prazo de vencimento para utilização.

Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE

A Sociedade encontra-se no escopo das regras do modelo do Pilar Dois da OCDE, tanto no Brasil, como na controladora, domiciliada nos Estados Unidos, que apresenta receitas consolidadas superiores a EUR 750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro exercícios.

Nos termos da referida legislação do Pilar Dois, a Sociedade será responsável por apurar sua alíquota efetiva de imposto de renda e o pelo pagamento de um complemento de imposto pela diferença entre a taxa efetiva de imposto GloBE (Global Anti-Base Erosion Proposal) por jurisdição e a taxa mínima de 15%.

No Brasil, a Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, instituiu, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). O objetivo é garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE e garantindo que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. Em 2025 não houve aumento da carga tributária da Sociedade no Brasil, em decorrência da adoção da referida Lei, porque os resultados estimados com base no ano-calendário de 2025 e 2024 indicam que o Brasil atende ao *safe harbour* descrito no artigo 127 da IN 2228/2024. Com base na avaliação atual, não há impacto material da exposição à legislação do Pilar Dois na avaliação de continuidade operacional ou em qualquer redução ao valor recuperável de ativos.

Processos tributários retidos da Chevron Brasil Upstream Frade Ltda, classificados como possíveis:

a) IRPJ e CSLL Preço de Transferência - dedução dos pagamentos dos alugueis de embarcação e de equipamentos submarinos (R\$ 223.290)

A CBUF calculou o limite de dedutibilidade - para fins de cálculo de pagamento de IRPJ e CSLL - das despesas com alugueis de embarcação e dos equipamentos submarinos adotando o método de Preço de Transferência PRL 60. Em maio de 2014, o Fisco lavrou auto de infração para cobrança de supostas diferenças de IRPJ e CSLL, referentes ao ano de 2010, alegando que a CBUF deveria ter utilizado a sistemática da IN 243/02 para cálculo do preço parâmetro segundo o método PRL 60, e não a da Lei 9.430/96.

No entendimento da administração, o cálculo do preço parâmetro pelo método PRL 60 previsto pela IN 243/02 é flagrantemente ilegal, eis que exige repartição de custos não previstos pela Lei 9.430/96, além de gerar uma série de erros e discrepâncias na determinação do preço parâmetro. A sistemática de cálculo adotada pela CBUF é garantida pelo artigo 18 da Lei 9.340/96, estando dentro do limite de dedutibilidade determinada pelo método de preço de transferência permitido. A administração da Sociedade, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, considera prováveis as chances de êxito, não existindo, portanto, a respectiva provisão contábil.

b) IRPJ e CSLL Glosa de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL (R\$ 15.348)

A CBUF recebeu auto de infração lavrado pelo Fisco Federal visando à cobrança de supostas diferenças de IRPJ e CSLL, referentes ao ano de 2011, sob a acusação de que teria compensado prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL em montante superior ao saldo disponível naquele exercício. Apesar de disponíveis no momento de sua compensação em 2011, os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa de CSLL em questão foram compensados de ofício pelo Fisco por meio do lançamento tributário que deu origem ao Processo Administrativo oriundo do auto de infração lavrado para

Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cobrança de supostas diferenças de IRPJ e CSLL, referentes ao ano de 2010, decorrente de divergência no cálculo do preço parâmetro pelo método PRL 60, eis que a CBUF calculou na forma prevista na Lei 9.430/96, e não pela sistemática da IN 243/02. A administração da Sociedade, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, considera prováveis as chances de êxito, não existindo, portanto, a respectiva provisão contábil.

c) Recolhimento de IRRF (R\$6.947)

A CBUF apresentou pedidos pleiteando a compensação de créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte decorrente de recolhimentos a maior que o devido, em março de 2002, em remessa ao exterior como contraprestação por serviço técnico prestado no Brasil por empresa estrangeira com débitos do mesmo tributo e de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). As compensações foram indeferidas sob a alegação de que (1) faltaria legitimidade à CBUF para pleitear a devolução do excesso, por não haver prova de ter assumido o encargo; (2) inexistiria prova do pagamento a maior que deu origem ao crédito postulado; e (3) as remessas ao exterior decorrentes de contratos de serviços técnicos sujeitar-se-iam ao recolhimento do IRRF à alíquota de 25%, conforme Ato Declaratório Normativo Cosit 01/2000. A administração da Sociedade, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, considera prováveis as chances de êxito, não existindo, portanto, a respectiva provisão contábil.

20 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes ocorridos entre a data final do período a que se refere as demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão foram identificadas divulgados a seguir, sem que nenhum exigisse ajuste nas demonstrações financeiras:

- a) Em janeiro de 2026 a Sociedade recebeu aumento de capital de suas sócias quotistas no valor total de R\$ 18.594.
- b) Em fevereiro de 2026 a Sociedade recebeu aumento de capital de suas sócias quotistas no valor total de R\$ 38.712.
- c) Em março de 2026 a Sociedade recebeu aumento de capital de suas sócias quotistas no valor total de R\$ 24.905.
- d) Em abril de 2026 a Sociedade recebeu aumento de capital de suas sócias quotistas no valor total de R\$ 76.504.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: FF9C08E2-D9C4-8EC3-81D4-87E51E3A01FD

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: Relatório e Demonstrações Financeiras_CBOG_Dez25.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 41

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Evelyn Garcia

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

evelyn.garcia@pwc.com

IP Address: 134.238.160.2

Record Tracking

Status: Original

18 May 2026 | 08:49

Holder: Evelyn Garcia

evelyn.garcia@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

18 May 2026 | 10:02

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Rafael Alvim Guimarães

Signer Role: Sócio PwC

rafael.alvim@pwc.com

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Signer Role: Sócio PwC

Subject: CN=Rafael Alvim
Guimaraes:05230877723

Signature

DocuSigned by:

Rafael Alvim Guimarães

04C18365D9134B2...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.160.120

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1.1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 18 May 2026 | 08:51

Viewed: 18 May 2026 | 09:59

Signed: 18 May 2026 | 10:02

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Evelyn Garcia evelyn.garcia@pwc.com Manager Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 18 May 2026 10:02 Viewed: 18 May 2026 10:02 Signed: 18 May 2026 10:02
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	18 May 2026 08:51
Certified Delivered	Security Checked	18 May 2026 09:59
Signing Complete	Security Checked	18 May 2026 10:02
Completed	Security Checked	18 May 2026 10:02

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------